

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0007/2026**

**Processo Administrativo nº 266.00000697/2025-18**

**Número da licitação no compras.gov: 90007/2026**

**CONTRATANTE:**

**FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR "CHOPIN TAVARES DE LIMA -  
FURP - UASG - 091101**

**OBJETO**

Contratação de serviços para implantação de um sistema de segurança Next-Generation Firewall (NGFW), e, Solução de Portal Captivo para gestão de acesso à rede de internet sem fio (Wi-Fi), incluindo o fornecimento dos equipamentos e acessórios, serviços de instalação, configuração, manutenção, suporte técnico local e remoto, monitoramento e gerenciamento na modalidade 24x7x365 de forma a suportar as funcionalidades descritas nas especificações técnicas da solução colocada neste documento, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, na Unidade FURP de Guarulhos - SP, Rua Endres, nº 35 – Bairro Itapegica e na cidade de Américo Brasiliense – Estado de São Paulo, Alameda Aldo Lupo, nº 1.200 – Bairro Vista Alegre

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

O valor estimado da contratação possui caráter sigiloso (art. 6 do Decreto 67.888 de 17 de agosto de 2023), apurado em 20/05/2026.

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia **17/06/2026 às 10h** (horário de Brasília)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

menor preço por item

**MODO DE DISPUTA:**

aberto

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

**NÃO**



Baixe o app Compras.gov.br  
e apresente sua proposta



## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO .....	11
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	13
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	14
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA .....	15
11. DOS RECURSOS .....	15
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	15
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	18
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	19

**FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR “CHOPIN TAVARES DE LIMA - FURP - UASG – 091101****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0007/2026**

(Processo Administrativo nº266.00000697/2025-18)

Torna-se público que a Fundação para o Remédio Popular – “Chopin Tavares de Lima” - Furp por meio da Gerência de Suprimentos, sediado(a) Rua Endres, 35 – Vila Endres, Guarulhos - SP – CEP 07043-902, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de serviços para implantação de um sistema de segurança Next-Generation Firewall (NGFW), e, Solução de Portal Captivo para gestão de acesso à rede de internet sem fio (Wi-Fi), incluindo o fornecimento dos equipamentos e acessórios, serviços de instalação, configuração, manutenção, suporte técnico local e remoto, monitoramento e gerenciamento na modalidade 24x7x365 de forma a suportar as funcionalidades descritas nas especificações técnicas da solução colocada neste documento, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, na Unidade FURP de Guarulhos - SP, Rua Endres, nº 35 – Bairro Itapegica e na cidade de Américo Brasiliense – Estado de São Paulo, Alameda Aldo Lupo, nº 1.200 – Bairro Vista Alegre, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será realizada em um único item.

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. *A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

**3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.



3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. A participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de



trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado](#), conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.





4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. *Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. **Em caso de divergência entre a descrição do item no [compras.gov.br](http://compras.gov.br) e o especificado no Termo de Referência, prevalecerá o Termo de Referência.**

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.



5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 1% (*um por cento*).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.





## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0007/2026

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. *Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.*

6.18.1. *Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.*

6.18.2. *A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.*

6.18.3. *Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.*

6.18.4. *No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.*

6.18.5. *Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.*



6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (*duas*) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicafe;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);e

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2006](#).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.



7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (*duas*) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. *A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*





## 10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. *A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

## 11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, acessando como usuário externo devidamente cadastrado.

## 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;



12.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:



- (1) Multa Moratória de 0,66% (sessenta e seis centésimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
  - a. O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021;
- (2) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no subitem 12.1.3, de 10% (dez por cento) do valor do Contrato;
- (3) Para as infrações descritas nos subitens 12.1.1 e 12.1.2, a multa será de 10% (dez por cento) do valor remanescente do Contrato;

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.



12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica no e-mail [licitacao@furp.sp.gov.br](mailto:licitacao@furp.sp.gov.br), aos cuidados do agente de contratação

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.



13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas *no sistema* compras.gov.br sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

#### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”, de que trata a [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#). Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:



14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.





## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0007/2026

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sítios eletrônicos: [www.furp.sp.gov.br/furp/transparencia/contratos\\_e\\_compras\\_publicas/licitacoes](http://www.furp.sp.gov.br/furp/transparencia/contratos_e_compras_publicas/licitacoes) e [www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br).

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Guarulhos no Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. *ANEXO I - Termo de Referência;*

14.15.1.1. ANEXO I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

14.15.2. *ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;*

14.15.3. *ANEXO III – Modelos referente a planilha de proposta;*

14.15.4. *ANEXO IV – Modelo(s) de Declarações;*

14.15.5. ANEXO V – Modelos referentes à vistoria prévia;

Guarulhos, na data da assinatura digital.

ROGÉRIO AFFONSO AUN  
SUPERINTENDENTE



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0007/2026

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

ESP-FUNDAÇÃO P/REM. POP.CHOPIN TAVARES DE LIM

# Termo de Referência 10/2026

## Informações Básicas

**Número do artefato** UASG  
10/2026

91101-ESP-FUNDAÇÃO P/REM. POP.CHOPIN TAVARES DE LIM

**Editado por**  
UARNEI DE ANDRADE

**Atualizado em**  
29/05/2026 11:17 (v 0.27)

**Status**  
ASSINADO

## Outras informações

**Categoria**  
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC

**Número da Contratação**  
266.00000697/2025-18

**Processo Administrativo**  
266.00000697/2025-18

## 1. Definição do objeto

**1.1** - O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços para implantação de um sistema de segurança Next-Generation (NGFW), e, Solução de Portal Captivo para gestão de acesso à rede de internet sem fio (Wi-Fi) , incluindo o fornecimento dos equipamentos e acessórios, serviços de instalação, configuração, manutenção, suporte técnico local e remoto, monitoramento e gerenciamento na modalidade 24x7x365 de forma a suportar as funcionalidades descritas nas especificações técnicas da solução colocada nestes documento, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, na Unidade FURP de Guarulhos - SP, Rua Endres, nº 35 - Bairro Itapegica e na cidade de Américo Brasiliense - Estado de São Paulo, Alameda Aldo Lupo, nº 1.200 - Bairro Vista Alegre, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contrato e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

### 1.1.1 - Objeto da Contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Serviços de Implantação e Fornecimento de um Sistema de Segurança Next-Generation Firewall (NGFW), Firewall para Unidades Furp Guarulhos e Américo Brasiliense - (Serviços de Instalação, Transição e Configuração / Parametrização de Software).	26972	MÊS	36		

**1.2** A quantidade dos serviços a serem prestados deve ser fornecidos em conformidade com o item 3.7.

**1.3** - Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

**1.4** - O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

**1.5** - O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 120 (cento e vinte) meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

**1.6** - O serviço é enquadrado como serviço contínuo, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

**1.7** - O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

## **2. Fundamentação da contratação**

**2.1** A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

**O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026 nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:**

**I) ID PCA no PNCP: 46374500000194-0-000042/2026**

**II) Data de publicação no PNCP: 25/06/2025;**

**III) Id do item no PCA: 135**

**IV) Classe/Grupo: 182 - SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO E CONTRATOS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA;**

**V) Identificador da Futura Contratação: 91101-17/2026**

## **3. Descrição da solução**

**3.1** Fornecimento de Next-Generation Firewall (NGFW) para proteção de informação perimetral e de rede interna que inclui stateful firewall com capacidade para operar em alta disponibilidade (HA) em modo ativo-passivo ou ativo-ativo para controle de tráfego de dados por identificação de usuários e por camada 7, com controle de aplicação, administração de largura de banda (QoS), VPN IPsec e SSL, IPS, prevenção contra ameaças de vírus, *malwares*, Filtro de URL, criptografia de email, inspeção de tráfego criptografado e proteção de firewall de aplicação Web. Deverá ser fornecida console de gerenciamento dos equipamentos e centralização de logs em nuvem ou hardware específico ou virtualizado

**3.2** A console de gerenciamento da solução, disponibilizada em ambiente de computação em nuvem, poderá estar hospedada em infraestrutura localizada no Brasil ou no exterior, deste que sejam integralmente observados os requisitos da "Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais" (LGPD), especialmente quanto à transferência de dados, mediante a adoção de mecanismos que assegurem nível de proteção adequado, tais como cláusulas contratuais específicas, normas corporativas globais ou instrumentos equivalentes.

**3.2.1** A CONTRATADA deverá comprovar, sempre que solicitado, a conformidade da solução com a legislação vigente da "Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais", bem como garantir a segurança, confidencialidade e integridade das informações tratadas.

**3.3** A console de gerenciamento deve ser possível atribuir configurações de concentradores de SD-WAN;

**3.4** A console de gerenciamento deve dispor de configurações globais para replicação nos firewalls;

**3.5** Deverão ser fornecidas as licenças para atualização de todos os componentes de software, vacinas de antivírus / *malwares*, assinaturas de IPS, filtro de conteúdo web, controle de aplicações e proteção de firewall de aplicação web sem custo adicional, pelo período mínimo de **36 (trinta e seis)** meses.

**3.6** Para os itens que representem bens materiais, a CONTRATADA deverá fornecer produtos novos, sem uso anterior.

**3.7** Por cada *appliance* físico que compõe a plataforma de segurança, entende-se o hardware, software e as licenças necessárias para o seu funcionamento.

**3.8** Não serão aceitos equipamentos servidores e sistema operacional de uso genérico.

**3.9** Deve possuir processadores próprios e para fins específicos, desenvolvidos exclusivamente pelo fabricante da solução, com a finalidade de processar tráfegos de redes e acelerar o processamento destes pacotes de redes, permitindo o uso de diversas funcionalidades de segurança ao mesmo tempo sem diminuir a performance do equipamento.

**3.10** Todos os equipamentos de rede deverão possuir certificado de homologação expedido pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

**3.11** Por alta disponibilidade (HA) entende-se que a solução deverá ser composta ao menos por dois *appliances*, licenciados para funcionamento em redundância.

**3.12** A solução deverá contemplar a totalidade das capacidades exigidas, sendo permitido o uso de mais de um equipamento (sempre em modo de alta disponibilidade HA) para complementar a solução, caso o fabricante não possua todas as funções em um único equipamento.

**3.13** Caso a solução ofertada ofereça link dedicado para gerenciamento de HA, deverá suportar interfaces LAG e VLAN para o link HA dedicado e interfaces VLAN para links monitorados;

**3.14** Cada *appliance* deverá ser capaz de executar a totalidade das capacidades exigidas para cada função, não sendo aceitos somatórias para atingir os limites mínimos.

**3.15** O hardware e o software fornecidos não podem constar, no momento da apresentação da proposta, em listas de *end-of-sale*, *end-of-support*, *end-of-engineering-support* ou *end-of-life* do fabricante, ou seja, não poderão ter previsão de descontinuidade de fornecimento, suporte ou vida, devendo estar em linha de produção do fabricante.

**3.16** da solução de portal captivo:

**3.16.1** A Solução deverá ser entregue na modalidade software como serviço (SaaS) para gestão de acesso à rede de internet sem fio (Wi-Fi) por meio de Captive Portal, incluindo licenciamento, infraestrutura em nuvem, suporte técnico e manutenção para as localidades da FURP em Guarulhos e Américo Brasiliense, em total conformidade com as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

**3.16.2** A FURP possui uma ampla rede de internet sem fio para atender seus colaboradores, visitantes e público em geral. A Solução de Portal Captivo deverá atender os seguintes requisitos básicos:

a) Controle de Acesso: Garantir que apenas usuários autorizados e identificados utilizem a rede, aumentando a segurança do ambiente digital.

b) Conformidade Legal: Atender às exigências do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), Art. 13, que determina a guarda de registros de conexão pelo prazo mínimo de 1 (um) ano.

c) Proteção de Dados: Assegurar a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD - Lei nº 13.709/2018), tratando os dados dos usuários de forma segura, transparente e com finalidade específica.

d) Melhora da Experiência do Usuário: Oferecer um método de conexão simplificado e profissional.

e) Gestão Centralizada: Permitir o gerenciamento centralizado de usuários, políticas de acesso e monitoramento do uso da rede, gerando dados estatísticos para a melhoria contínua dos serviços.

**3.16.3** Deverá ser fornecida no modelo Software como Serviço (SaaS) contemplando o Licenciamento de software para a gestão de 100 (cem) usuários de forma simultânea, bem como disponibilização de toda a infraestrutura em nuvem necessária para a operação do serviço, incluindo servidores de aplicação, autenticação e banco de dados.

**3.16.4** A serviço de Portal Captivo deverá contemplar os seguintes recursos mínimos:

- a) Portal de gerenciamento web para administradores.
- b) Suporte técnico e manutenção contínua da plataforma.
- c) Rotinas de backup e plano de recuperação de desastres.
- d) Apresentar avaliações de Pentest se solicitado pelo FURP.

**3.17** O serviço de solução de segurança de rede, e o serviço de solução de portal captivo WiFi, compreendendo o fornecimento de equipamentos (hardwares), softwares e prestação de serviços, deverão ser fornecidos conforme a tabela abaixo:

Item	Descrição	Quantidade
HARDWARE FIREWALL TIPO 1		
1	Firewall de Próxima Geração Tipo 1 – Solução em cluster de alta disponibilidade (UM) ativo-passivo ou ativo-ativo composta de 02 (dois) appliances (um ativo e um passivo) – Com 03 anos de suporte e garantia de hardware.	1 un
SOFTWARE FIREWALL TIPO 1		
2	Pacote de licenças de Firewall, IPS, Antivírus, Anti-spyware, Filtro de Web, Proteção contra ameaças avançadas e firewall de aplicação web para appliance de Firewall de Próxima Geração Tipo 1 pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses.	1 un
HARDWARE FIREWALL TIPO 2		
3	Firewall de Próxima Geração Tipo 2 - Solução em cluster de alta disponibilidade (HA) ativo-passivo ou ativo-ativo composta de 02 (dois) appliances (um ativo e um passivo) - Com 03 anos de suporte e garantia de hardware.	1 un
4	Pacote de licenças de Firewall, IPS, Antivírus, Anti-spyware, Filtro de Web, Proteção contra ameaças avançadas e firewall de aplicação web para appliance de Firewall de Próxima Geração Tipo 2 pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses.	1 un
GERÊNCIA FIREWALL TIPO 1 E 2		



5	Pacote de licenças da Console de Gerência Administrativa e Centralização de Logs e Relatórios das soluções de Firewall de Próxima Geração Tipo 1 e 2.	3 pessoas
<b>SOLUÇÃO DE PORTAL CAPTIVO PARA REDE WIFI</b>		
6	Pacote de Serviço de Portal Captivo para rede sem fio WiFi, com licenças para 100 (cem) usuários simultâneos, Gerência da plataforma em nuvem, Treinamento Operacional, Assistência e Suporte Técnico por 36(trinta e seis) meses.	1 un
7	Treinamento - Serviços de transferência de tecnologia (16 horas) com profissional certificado pelo fabricante da solução Firewall de Próxima Geração, Gerenciamento, Centralização e Monitoração de Logs Centralizado.	3 pessoas

### 3.17.1 CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DE DESEMPENHO E HARDWARE DO FIREWALL DE PRÓXIMA GERAÇÃO TIPO 1 E 2

#### 3.17.1.1 FIREWALL TIPO 1

**3.17.1.2** Performance mínima de 45 Gbps de throughput para firewall e performance mínima de 10 Gbps de throughput de IPS.

**3.17.1.3** Performance mínima de 9 Gbps de throughput para controle de NGFW.

**3.17.1.4** Performance mínima de 7Gbps de Threat Protection *throughput*

**3.17.1.5** Performance mínima de 25 Gbps de *throughput* de IPsec VPN.

**3.17.1.6** Suporte a, no mínimo, 12.000.000 de conexões simultâneas.

**3.17.1.7** Suporte a, no mínimo, 18.319.000 novas conexões por segundo.

**3.17.1.8** Possuir o número irrestrito quanto ao máximo de usuários licenciados.

**3.17.1.9** Possuir armazenamento interno de no mínimo 240 GB para sistema operacional, quarentena local, logs e relatórios.

**3.17.1.10** Possuir no mínimo 8 (oito) interfaces de rede 1000Base-TX;

**3.17.1.11** Possuir no mínimo 2 (duas) interfaces 1GbE SFP;

**3.17.1.12** Possuir no mínimo 2 (duas) interfaces 10GbE SFP+;

**3.17.1.13** Possuir no mínimo 1 slot para adição de módulo de interfaces de rede;

**3.17.1.14** Deve ser compatível com módulos opcionais do mesmo fabricante com as seguintes opções para expansão futura:

8 port GbE copper;

8 port GbE SFP fiber;

4 port 10 GbE SFP+ fiber;

**3.17.1.15** Possuir 1 (uma) interface do tipo console ou similar.

**3.17.1.16** Possuir fonte 100-240VAC.

### **3.18 FIREWALL TIPO 2**

**3.18.1** Performance mínima de 15 Gbps de *throughput* para firewall.

**3.18.2** Performance mínima de 3,5 Gbps de *throughput* de IPS.

**3.18.3** Performance mínima de 3,8 Gbps de *throughput* para controle de NGFW.

**3.18.4** Performance mínima de 3,2 Gbps de Threat Protection *throughput*

**3.18.5** Performance mínima de 12 Gbps de *throughput* de IPsec VPN.

**3.18.6** Suporte a, no mínimo, 319.000.000 de conexões simultâneas.

**3.18.7** Suporte a, no mínimo, 60.000 novas conexões por segundo.

**3.18.8** Possuir o número irrestrito quanto ao máximo de usuários licenciados.

**3.18.9** Possuir armazenamento interno de no mínimo 64 GB para sistema operacional, quarentena local, logs e relatórios.

**3.18.10** Possuir no mínimo 8 (oito) interfaces de rede 2500Base-TX;

**3.18.11** Possuir no mínimo 1 (uma) interfaces 1GbE SFP;

**3.18.12** Possuir 1 (uma) interface do tipo console ou similar.

**3.18.13** Possuir fonte 100-240VAC.

### **3.19. CARACTERÍSTICAS GERAIS PARA FIREWALLS DE PRÓXIMA GERAÇÃO TIPO 1 e 2**

**3.19.1** A solução deve consistir de appliance de proteção de rede com funcionalidades de Next Generation Firewall (NGFW), e console de gerência, monitoração e logs.

**3.19.2** Por funcionalidades de NGFW entende-se: reconhecimento de aplicações, prevenção de ameaças, identificação de usuários e controle granular de permissões.

**3.19.3** As funcionalidades de proteção de rede que compõe a plataforma de segurança, podem funcionar em múltiplos appliances desde que obedeçam a todos os requisitos desta especificação.

**3.19.4** A plataforma deve ser otimizada para análise de conteúdo de aplicações em camada .

**3.19.5** O software deverá ser fornecido em sua versão mais atualizada.

**3.19.6** O HA (modo de alta disponibilidade) deve suportar o uso de dois equipamentos em modo ativo-passivo ou modo ativo-ativo e deve possibilitar monitoração de falha de link.

**3.19.7** Uma interface completa de comando de linha (*CLI command-line-interface*) deverá ser acessível através da interface gráfica e via porta serial.

**3.19.8** A atualização de software deverá enviar avisos de atualização automáticos.

**3.19.9** O sistema de objetos deverá permitir a definição de redes, serviços, *hosts* períodos de tempos, usuários e grupos, clientes e servidores.

**3.19.10** O *backup* e o reestabelecimento de configuração deverão ser feitos localmente, via FTP ou email com frequência diária, semanal ou mensal, podendo também ser realizado por demanda.

**3.19.11** As notificações deverão ser realizadas via email e SNMP.

**3.19.12** Suportar SNMPv3 e Netflow.

**3.19.13** O firewall deverá ser *stateful*, com inspeção profunda de pacotes.

**3.19.14** As zonas deverão ser divididas pelo menos em WAN, LAN e DMZ, sendo necessário que as zonas LAN e DMZ possam ser customizáveis.

**3.19.15** As políticas de NAT deverão ser customizáveis para cada regra.

**3.19.16** A proteção contra *flood* deverá ter proteção contra DoS (*Denial of Service*), DDoS (*Distributed DoS*).

**3.19.17** Proteção contra *anti-spoofing*.

**3.19.18** Suportar IPv4 e IPv6.

**3.19.19** Possuir certificação IPv6 Ready;

**3.19.20** IPv6 deve suportar os tunelamentos 6in4, 6to4, 4in6 e *IPv6 Rapid Deployment (6rd)* de acordo com a RFC 5969.

**3.19.21** Suportar NAT64 e NAT66 minimamente;

**3.19.22** Suporte aos roteamentos estáticos, dinâmico (RIP, BGP e OSPF, OSPFv3) e multicast (PIM-SM e IGMP).

**3.19.23** Deve suportar Roteamento BGP com uso de IPv6;

**3.19.24** Suportar Delegação de Prefixo IPV6 (DHCP PD);

**3.19.25** O firewall deve possuir integração com a plataforma de ZTNA do mesmo fabricante ou integrar de terceiros;

**3.19.26** Deve possuir tecnologia de conectividade SD-WAN;

**3.19.27** A funcionalidade SD-WAN deve suportar conectividade com o Secure SD-WAN oferecido no serviço Microsoft Azure Virtual WAN;

**3.19.28** Deve suportar perfis de SD-WAN para balancear a carga das conexões entre as interfaces,

**3.19.29** Deve possuir métodos de balanceamento: **round-robin e persistência de sessão** com as seguintes opções:

**conexão:**

**IP de origem;**

**IP de destino;**

**IP de origem e destino.**

Os links podem ser ponderados para determinar como o tráfego é distribuído entre eles, podendo usar o SLA para selecionar quais links serão incluídos no balanceamento de carga.

**3.19.30** Deve suportar a configuração de nível mínimo de qualidade (latência, jitter e perda de pacotes) para que determinado link seja escolhido pelo SDWAN;

- 3.19.31** Deve suportar o uso de, no mínimo, 3 (três) links;
- 3.19.32** Deve suportar o uso de links de interfaces físicas, sub-interfaces lógicas de VLAN e túneis IPSec;
- 3.19.33** Deve gerar log de eventos que registrem alterações no estado dos links do SD-WAN, monitorados pela checagem de saúde;
- 3.19.34** A solução deverá ser capaz de medir o status de saúde do link baseando-se em critérios mínimos de: Latência, Jitter e Packet Loss, onde seja possível configurar um valor de Theshold para cada um destes itens, onde será utilizado como fator de decisão nas regras de SD-WAN;
- 3.19.35** A solução de SD-WAN deve ser capaz de apresentar de forma gráfica, todos os dados de análise da saúde dos links, contendo gráficos que apresentam no mínimo os critérios descritos acima;
- 3.19.36** Os gráficos devem ser apresentados em tempo real e possibilitar a visualização histórica de pelo menos 24 horas, 48 horas, 1 semana e 1 mês;
- 3.19.37** A checagem de estado de saúde deve suportar a marcação de pacotes com DSCP, para avaliação mais precisa de links que possuem QoS configurado
- 3.19.38** A solução deve possuir funcionalidade de criação da malha SD-WAN em diversos firewalls em um único concentrador;
- 3.19.39** Esta funcionalidade deve facilitar a configuração do SD-WAN de múltiplos firewalls, criando automaticamente todas as informações necessárias para que o SD-WAN aconteça, como pelo menos, mas não se limitando a: criação de rotas, regras de firewall, objetos e túneis VPNs necessárias;
- 3.19.40** A mesma console do concentrador de SD-WAN deve monitorar os links de cada dispositivo implementado, garantindo uma visualização única de todos os dispositivos implementados;
- 3.19.41** Deve possibilitar o roteamento baseado em VPNs;
- 3.19.42** Deve suportar criar políticas de roteamento;
- 3.19.43** Para as políticas de roteamento, devem ser permitidas pelo menos as seguintes condições:
- 3.19.43.1** Interface de entrada do pacote;
- 3.19.43.2** IPs de origem;
- 3.19.43.3** IPs de destino;
- 3.19.43.4** Portas de destino;
- 3.19.43.5** Usuários ou grupos de usuários;
- 3.19.43.6** Aplicação em camada 7
- 3.19.44** Deve ser possível escolher um gateway primário e um gateway de backup para as políticas de roteamento deve suportar a definição de VLANs no firewall conforme padrão IEEE 802.1q e *tagging* de VLAN.
- 3.19.45** O balanceamento de link WAN deve permitir múltiplas conexões de links Internet, checagem automática do estado de links, *failover* automático e balanceamento por peso.
- 3.19.46** A solução deverá permitir port-aggregation de interfaces de firewall suportando o protocolo 802.3ad, para escolhas entre aumento de throughput e alta disponibilidade de interfaces;
- 3.19.47** Deve permitir a configuração de jumbo frames nas interfaces de rede;
- 3.19.48** Deve permitir a criação de um grupo de portas layer2;

**3.19.49** A Solução física deverá apresentar compatibilidade com modems USB (3G/4G), onde apenas seja acionado na eventualidade de falha no link principal;

**3.19.50** A solução deverá permitir configurar os serviços de DNS, *Dynamic* DNS, DHCP e NTP;

**3.19.51** O *traffic shapping* (QoS) deverá ser baseado em rede ou usuário.

**3.19.52** A solução deve permitir o tráfego de cotas baseados por usuários para upload/download e pelo tráfego total, sendo cíclicas ou não-cíclicas.

**3.19.53** Deve possuir otimização em tempo real de voz sobre IP.

**3.19.54** Deve implementar o protocolo de negociação Link Aggregation Control Protocol (LACP).

## 4. Requisitos da contratação

### Sustentabilidade

**4.1** - O impacto ambiental é considerado reduzido, uma vez que a solução é mista baseada em software e administração em nuvem, bem como equipamentos de pequeno porte "Appliance" não gerando resíduos físicos nem consumo energético adicional relevante. Recomenda-se, contudo, o descarte ambientalmente responsável de equipamentos obsoletos substituídos no processo de modernização da infraestrutura.

**4.2** - Indicação de marcas ou modelos

Não se aplica

**4.3** - Da exigência de carta de solidariedade

A Contratada deverá fornecer certificações /carta de solidariedade /documentos comprovando ser representante legal e autorização do fabricante para comercializar o produto desta TR

### Garantia da contratação

**4.4** - Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

### Vistoria

**4.5** - Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

**4.6** - Os técnicos da contratada deverão possuir as devidas certificações referentes ao produto contratado para prestação dos serviços seja remoto ou presencial.

**4.7** - A FURP disponibilizará todos os recursos necessários a título de Sistemas de Gestão da Empresa, para contratada para que possam realizar todas as ações necessárias para a implantação da Solução no ambiente tecnológico

## 5. Modelo de execução do objeto

**5.1** - A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

**5.1.1** - A solução a ser entregue pela Contratada, deverá ocorrer em uma única vez.

**5.1.2** - Início da execução do objeto para prestação de serviços para implantação de um sistema de segurança Next-Generation Firewall (NGFW), e, Solução de Portal Captivo para gestão de acesso à rede de internet sem fio (Wi-Fi), incluindo o fornecimento dos equipamentos e acessórios, serviços de instalação, configuração, manutenção, suporte técnico local e remoto estimamos o prazo de até 15 (quinze) dias corridos a contar da assinatura do contrato;

**5.1.3** - A solução deverá ser prestada a contar da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, contemplando em caso de equipamentos (appliances) substituição de qualquer componente da solução em caso de defeito, nos prazos estabelecidos nesta especificação técnica, ou seja, 24 hrs. para resolução do problema, visando dar continuidade, sem custo adicional para a FURP.

**5.1.4** - A FURP poderá solicitar à Contratada a disponibilização de profissionais ou técnicos em quantidade suficiente para a adequada implantação da solução em seu ambiente tecnológico. Tais solicitações não implicarão quaisquer custos adicionais para a FURP, devendo estar contempladas no objeto contratado. A Contratada deverá atender às solicitações no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas do acionamento formal. O descumprimento deste prazo sujeitará a Contratada às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais disposições contratuais aplicáveis.

**5.1.5** - Os prazos estabelecidos neste termo de referência visam mitigar e ou não acarretar paralisação dos serviços e funcionamento da solução, a fim de não causarem danos para FURP.

**5.1.6** - As cláusulas estabelecidas neste parágrafo não poderão ter custos adicionais para a FURP.

**5.1.7** - Os atendimentos dos chamados de suporte técnico poderão ser solucionados através de suporte por acesso remoto e/ou on-site. Entenda-se suporte "Onsite" (presencial) pela disponibilização, pela CONTRATADA, de um técnico, em horário comercial, no ambiente da FURP, após abertura de chamado junto a empresa (atendimento On-site).

**5.1.7.1** - Com relação a substituição de equipamentos (appliances), quando da ocorrência de problemas de funcionamento a Contratada deverá solucionar no prazo máximo de 04 horas, a partir de abertura de chamado pelos técnicos da Fundação, caso não ocorra a solução do problema no período mencionado a Contratada terá mais 02 horas para colocação de equipamento de backup com igual ou superior configuração, sem onus para a FURP. Caso não seja cumprido esta cláusula, será passível de punição e as devidas sanções definidas nesta TR.

**5.1.8** - Cronograma de realização dos serviços: Os serviços de instalação, configuração e testes para o perfeito funcionamento da solução contratada, deverão ser finalizados no prazo de 10 (dez) dias corridos, ou seja, a Contratada terá prazo total de 25 (vinte e cinco) dias corridos após assinatura do Contrato e ou recebimento da Ordem de Compra/Empenho para finalizar todos os quesitos solicitados nesta TR.

**5.1.9** - A contratada deverá realizar treinamentos da solução implantada para no mínimo 03 (três) funcionários, da Equipe Técnica da FURP, de acordo com cronograma estabelecido em conjunto com a Equipe Técnica da FURP.

**5.1.10** - Os treinamentos deverão ser ministrados por instrutores qualificados, com comprovação de capacitação técnica compatível com a solução ofertada, mediante certificação oficial do fabricante ou documentação equivalente que comprove conhecimento técnico. A Contratada deverá disponibilizar ambiente adequado para treinamento, incluindo recursos de software, ambiente de testes (quando aplicável) e material didático atualizado, contemplando conteúdos teóricos e práticos, em conformidade com as funcionalidades da solução contratada.

**5.1.11** Os treinamentos deverão ser realizados em prazo máximo de até 30 dias corridos, contados da solicitação formal pela área de Tecnologia da Fundação. O cronograma poderá ser ajustado entre as partes, mediante justificativa formal, desde que não comprometa a implantação da solução.

## **5.2 Acordo de Níveis de Serviço (ANS)**

**5.2.1** Durante o período de manutenção, a Prestadora de Serviço deverá atender às solicitações da FURP, em qualquer horário respeitando as condições e níveis de serviço especificados a seguir.

**5.2.2** O Acordo de Níveis de Serviço (ANS) será contado a partir das solicitações de suporte técnico e serão classificados conforme as severidades especificadas a seguir:

**5.2.3 Severidade ALTA:** Esse nível de severidade é aplicado quando há a indisponibilidade do uso dos produtos.

### **5.3 Condições de execução Firewall**

**5.3.1** A solução a ser entregue pela Contratada, deverá ocorrer em uma única vez contemplando o fornecimento de Next-Generation Firewall (NGFW) para proteção de informação perimetral e de rede interna que inclui stateful firewall com capacidade para operar em alta disponibilidade (HA) em modo ativo-passivo ou ativo-ativo para controle de tráfego de dados por identificação de usuários e por camada 7, com controle de aplicação, administração de largura de banda (QoS), VPN IPsec e SSL, IPS, prevenção contra ameaças de vírus, *malwares*, Filtro de URL, criptografia de email, inspeção de tráfego criptografado e proteção de firewall de aplicação Web. Deverá ser fornecida console de gerenciamento dos equipamentos e centralização de logs em nuvem ou hardware específico ou virtualizado.

**5.3.2** A console de gerenciamento em em nuvem, deve estar no Brasil

**5.3.3** A console de gerenciamento deve ser possível atribuir configurações de concentradores de SD-WAN

**5.3.4** A console de gerenciamento deve dispor de configurações globais para replicação nos firewalls

**5.3.5** Deverão ser fornecidas as licenças para atualização de todos os componentes de software, vacinas de antivírus / *malwares*, assinaturas de IPS, filtro de conteúdo web, controle de aplicações e proteção de firewall de aplicação web sem custo adicional, pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses.

**5.3.6** Para os itens que representem bens materiais, a CONTRATADA deverá fornecer produtos novos, sem uso anterior.

**5.3.7** Por cada *appliance* físico que compõe a plataforma de segurança, entende-se o hardware, software e as licenças necessárias para o seu funcionamento.

**5.3.8** Não serão aceitos equipamentos servidores e sistema operacional de uso genérico.

**5.3.9** Deve possuir processadores próprios e para fins específicos, desenvolvidos exclusivamente pelo fabricante da solução, com a finalidade de processar tráfegos de redes e acelerar o processamento destes pacotes de redes, permitindo o uso de diversas funcionalidades de segurança ao mesmo tempo sem diminuir a performance do equipamento.

**5.3.10** Todos os equipamentos de rede deverão possuir certificado de homologação expedido pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

**5.3.11** Por alta disponibilidade (HA) entende-se que a solução deverá ser composta ao menos por dois *appliances*, licenciados para funcionamento em redundância.

**5.3.12** A solução deverá contemplar a totalidade das capacidades exigidas, sendo permitido o uso de mais de um equipamento (sempre em modo de alta disponibilidade HA) para complementar a solução, caso o fabricante não possua todas as funções em um único equipamento.

**5.3.13** Caso a solução ofertada ofereça link dedicado para gerenciamento de HA, deverá suportar interfaces LAG e VLAN para o link HA dedicado e interfaces VLAN para links monitorados;

**5.3.14** Cada *appliance* deverá ser capaz de executar a totalidade das capacidades exigidas para cada função, não sendo aceitos somatórias para atingir os limites mínimos.

**5.3.15** O hardware e o software fornecidos não podem constar, no momento da apresentação da proposta, em listas de *end-of-sale*, *end-of-support*, *end-of-engineering-support* ou *end-of-life* do fabricante, ou seja, não poderão ter previsão de descontinuidade de fornecimento, suporte ou vida, devendo estar em linha de produção do fabricante.

**5.4 Condições de execução Portal Captivo,** neste item a contratada deverá fornecer com os seguintes requisitos em um processo de instalação dos seguintes itens:

**5.4.1** Permitir o acesso à Internet através de autenticação prévia.

**5.4.2** Para realizar o acesso, o software deverá exigir que o usuário insira seus dados pessoais. A comunicação entre o dispositivo do usuário e o portal de autenticação deverá ocorrer obrigatoriamente sob protocolo HTTPS com TLS 1.2 ou superior, garantindo a criptografia de ponta a ponta dos dados inseridos.

**5.4.3** O Software deverá permitir limitar a velocidade e o tempo de navegação, exigindo novo login após o tempo definido.

**5.4.4** Após o login, o Software deverá permitir direcionar os usuários a URLs específicas.

**5.4.5** O software deverá possuir interface de gestão em nuvem, permitindo gerenciar configurações, exibir gráficos e emitir relatórios. O acesso a esta interface de gestão deverá, obrigatoriamente, suportar e ter habilitado a Autenticação de Múltiplos Fatores (MFA) para todos os usuários administrativos. A plataforma deve possuir proteção a ataques de força bruta, com bloqueio de IP ou de usuário após um número determinado de tentativas falhas de login.



**5.4.6** Toda a base de dados da Solução do portal deverá ser armazenada em nuvem; Todos os recursos computacionais do projeto serão alocados no Brasil. A Contratada deve garantir que, em caso de solução multitenant, os dados da FURP sejam logicamente segregados e isolados dos dados de outros clientes.

**5.4.7** A interface de gerência deve permitir a criação de usuários administradores com permissões de acesso customizadas. O sistema deve seguir o princípio do menor privilégio, permitindo a criação de perfis de acesso granulares, e deve registrar em log todas as ações realizadas por usuários administrativos.

**5.4.8** A solução deve permitir o bloqueio de usuários e dispositivos específicos.

**5.4.9** Layout responsivo, adaptável a dispositivos móveis e desktops e notebook, com função de bloquear algum deles quando necessário para não poderem se conectar.

**5.4.10** Layout de gestão de uso de acesso diferenciado para semana e finais de semana, com temporizador de tempo para reconexão.

**5.4.11** Ter opção de utilização de formulário de pesquisas, sendo que esses podem ter respostas dissertativas, alternativas ou múltipla escolha, com recursos de envio em tempo real de respostas específicas para os administradores do FURP.

**5.4.12** Deve estar em conformidade com o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Para garantir a conformidade com a LGPD, a solução deve apresentar:

- a) Mecanismo claro e granular para gestão do consentimento do usuário;
- b) Funcionalidades que permitam à FURP atender às requisições dos titulares de dados (acesso, correção, anonimização e exclusão);
- c) Uma política de retenção de dados clara e configurável.

**5.4.13** Os Data Centers onde a solução está hospedada devem possuir certificações ISO 27001, SSAE-16, SOC 1, 2 e 3, e garantir um SLA de disponibilidade de rede de 99.9%.

**5.4.14** Os dados devem ser criptografados tanto em trânsito quanto em repouso. A Contratada deve especificar os padrões de criptografia utilizados (ex: AES-256 para dados em repouso e TLS 1.2+ com cifras de alta segurança para dados em trânsito).

**5.4.15** A página de login e cadastro deve ser segura contra vulnerabilidades web comuns, conforme o ranking OWASP Top 10, incluindo, mas não se limitando a, Cross-Site Scripting (XSS), SQL Injection e Cross-Site Request Forgery (CSRF).

**5.4.16** Registros de log completos com IP de origem, cadastro do usuário (CPF), MAC address e data/hora de início e fim da conexão. Os logs devem ser armazenados de forma segura, com proteção contra adulteração, e mantidos pelo período mínimo de 1 (um) ano.

**5.4.17** O Backup será de responsabilidade da Contratada, mantido por no mínimo 365 dias. Todos os backups devem ser armazenados de forma criptografada, e a Contratada deverá realizar testes de restauração em uma frequência mínima semestral, apresentando relatório de sucesso.

1. O armazenamento do backup realizado em serviços específicos com disponibilidade e durabilidade de 99.99%.
2. A solução deve possuir um mecanismo de verificação de arquivos (antivírus/antimalware) no momento do upload de banners e vídeos de campanha.

**5.4.18** No processo de implantação a contratada deverá validar os Métodos de autenticação e Integração

**5.4.19** Deverá possuir cadastro próprio de usuário, independentemente de redes sociais, através de formulário com os seguintes campos: Nome completo, CPF (com algoritmo de validação), data de nascimento, telefone e e-mail (com validação por SMS ou link de confirmação), e cadastro de senha.

As senhas dos usuários devem ser armazenadas utilizando algoritmos de hash fortes e modernos (como por exemplo Argon2, bcrypt ou equivalente) com a adição de um "salt" único para cada usuário. Deverá ter processo de recuperação de senha seguro, utilizando um link com token de uso único e tempo de expiração curto.

**5.4.19.1** Deverá bloquear múltiplos cadastros com o mesmo CPF ou E-mail. **5.4.19.2** Possuir Login único (SSO) via Microsoft AD, Google Workspace ou cadastro. A implementação de SSO (Single Sign-On) deve utilizar protocolos padrão e seguros, como SAML 2.0 ou OpenID Connect.

**5.4.19.3** Possibilitar a integração com ferramentas externas, como Power BI, para personalização de relatórios.

**5.4.19.4** Disponibilizar autenticação via Voucher, com opção de impressão para distribuição.

**5.4.19.5** Deve permitir integração com bases de dados externas. Toda integração deverá utilizar canais de comunicação criptografados. As credenciais de acesso (chaves de API, senhas) devem ser armazenadas de forma segura.

**5.4.19.6** Suporte a RADIUS Authentication e Accounting, com redundância de servidores primário e secundário. Deverá suportar os parâmetros Framed-IP-Address e RADIUS CoA (Change of Authorization).

**5.4.19.7** Permitir que o administrador cadastre manualmente um dispositivo/usuário.

**5.4.19.8** Possuir portal de autosserviço (self-registration), com possibilidade de aprovação manual por operadores.

**5.4.20** No decorrer de todo processo a contratada deverá analisar as Funcionalidades de Relacionamento e Experiência do Usuário

**5.4.20.1** Após o login, permitir o redirecionamento dos usuários a URLs específicas.

**5.4.20.2** Permitir o envio de campanhas e pesquisas de forma global ou direcionada.

**5.4.20.3** Permitir a exibição de mídia externa nos formatos VAST/VPAID.

**5.4.20.4** Permitir inserir e customizar o Termo de Uso da rede, exigindo o aceite do usuário.

**5.4.20.5** Suporte a múltiplos idiomas: Português-BR, Inglês e Espanhol. **5.4.20.6** Personalizar a página de login com a identidade visual da FURP.

**5.4.20.7** Permitir a criação de pesquisas de satisfação personalizadas.

**5.4.20.8** Relatórios e Monitoramento

**5.4.20.9** O Monitoramento do serviço deverá ser 24x7x365.

**5.4.20.10** A solução deverá disponibilizar, no mínimo, os seguintes relatórios, com opção de exportação para CSV, XLS ou PDF:

a) Total de visitas e sessões (diário e mensal).

b) Tempo médio de conexão.

c) Tráfego de dados (download/upload) total, médio por sessão e por usuário.

d) Tráfego por ponto de acesso.

e) Visitantes online em tempo real.

f) Ranking de visitantes (por tráfego, tempo de conexão e número de acessos).

g) Histórico de acessos de um visitante específico.

h) Relatórios de visualização e interação com campanhas.

**5.4.21** a contratada deverá apresentar a GESTÃO DE VULNERABILIDADES E TESTES DE SEGURANÇA durante o processo de implantação e no decorrer da duração deste contrato:

**5.4.21.1** A Contratada deverá apresentar, mediante solicitação, relatórios de análise de vulnerabilidades (scan de vulnerabilidades) de sua infraestrutura e aplicação, realizados periodicamente.

**5.4.21.2** A FURP reserva-se o direito de realizar ou contratar testes de intrusão (Pentest) na solução.

**5.4.21.3** A Contratada deverá cooperar com a equipe de testes e se compromete a elaborar e executar um plano de ação para corrigir as vulnerabilidades críticas e altas identificadas em um prazo a ser acordado entre as partes.

**5.4.22** A Contratada deverá restituir a POLÍTICA DE SEGURANÇA E ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE

**5.4.22.1** A Contratada deverá apresentar um sumário de sua Política de Segurança da Informação.

**5.4.22.2** Todos os profissionais da Contratada envolvidos no projeto deverão estar sujeitos a um Acordo de Confidencialidade (NDA) para proteger as informações da FURP.

**5.4.22.3** A contratada deverá ser oferecido treinamento na solução adquirida de, no mínimo, (16) dezesesseis horas para os administradores. O treinamento deverá ser feito em ambiente interno da sede da FURP,

preparado para tal, com questões práticas e teóricas sobre o funcionamento da solução. Fica estabelecido que o treinamento e transferência de tecnologia seja realizado em dias úteis durante o horário de expediente da FURP.

Local e horário da prestação dos serviços

**5.5** Os serviços serão prestados no(s) seguinte(s) endereço(s): Rua Endres, 35 – Itapegica – Guarulhos - SP.

**5.6** Os serviços serão prestados no seguinte horário comercial: das 08:00h às 17:00h, salvo exceções definidas pelos técnicos da FURP, e que possam gerar impactos consideráveis ao ambiente tecnológico.

Especificação da garantia do serviço

**5.7** O prazo de garantia contratual dos serviços, é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor). Procedimentos de transição e finalização do contrato

**5.8** Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6. Modelo de gestão do contrato**

**6.1** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.3** As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.4** O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.5** Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

**6.6** Não haverá necessidade de manter preposto no local de execução dos serviços.

Fiscalização

**6.7** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).

Fiscalização Técnica

**6.8** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

**6.9** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II). Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Modelo de Serviços sem dedicação — Atualização: maio/2023 Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação 8 de 16.

**6.10** O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III).

**6.11** O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

**6.12** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

**6.13** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

#### Fiscalização Administrativa

**6.14** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).

**6.15** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

**6.16** Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### Gestor do Contrato

**6.17** O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

**6.18** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

**6.19** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

**6.20** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art.

16, inciso VIII).

**6.21** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

**6.22** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. Critérios de medição e pagamento**

**7.1** A medição será realizada com base na entrega efetiva e validação das licenças contratadas, incluindo os serviços complementares, conforme definido no contrato e no Termo de Referência.

**7.1.1** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

**7.1.1.1** não tenha produzido os resultados acordados,

**7.1.1.2** tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**7.2** A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

**7.3** A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

**7.3.1** A entrega de 2 Appliance na unidade de Guarulhos e 2 Appliance na unidade de Américo Brasiliense e disponibilização do portal captivo no ambiente de TI do contratante;

**7.3.2** A funcionalidade e integridade da solução instalada, incluindo atualização automática e suporte técnico.

Do recebimento

**7.4** Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 02 (dois) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023). Para a configuração do ambiente estaremos no programando para 13 dias entre configuração e migração do ambiente, totalizando 15 para a implantação da solução completa.

**7.5** O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

**7.6** O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

**7.7** O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

**7.8** O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

**7.9** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará a periodicidade mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

**7.9.1** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

**7.9.2** O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**7.9.3** A fiscalização não efetuará o teste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

**7.9.4** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

**7.9.5** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

**7.10** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**7.11** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (três) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

**7.11.1** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);

**7.11.2** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

**7.11.3** Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

**7.11.4** Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

**7.12** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

**7.13** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**7.14** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## Liquidação

**7.15** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

**7.15.1** O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.16** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.17** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

**7.18** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.19** A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas ( Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

**7.20** Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

**7.21** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.22** Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

**7.23** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

#### Prazo de pagamento

**7.24** O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

**7.25** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

#### Forma de pagamento



**7.26** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

**7.26.1** Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

**7.27** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.28** O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

**7.28.1** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.29** O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. Critérios de seleção do fornecedor**

**8.** Critérios de seleção do fornecedor Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

**8.1** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade Pregão, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

**8.2** O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação

**8.3** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

**8.4** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.5** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>; Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Modelo de Serviços sem dedicação — Atualização: maio/2023 Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

**8.6** Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.7** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

**8.8** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.9** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**8.10** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

**8.11** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

**8.12** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

**8.13** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

**8.14** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**8.15** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**8.16** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**8.17** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**8.18** Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**8.19** *O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes municipal.*

Qualificação Econômico-Financeira

**8.20** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

**8.21** Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

Qualificação Técnica

**8.22** Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, buscando garantir o conhecimento necessário para realizar manutenção preventiva e corretiva na solução fornecida evitando impactos no ambiente tecnológico da fundação;

**8.22.1** Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

**8.22.1.1** contrato(s), atestados de capacidade técnica e ou certidões que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo pretendido nessa licitação;

**8.22.2** Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante;

**8.22.3** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;

**8.22.4** O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

Outras comprovações

**8.23** Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

c) Os técnicos envolvidos na execução dos serviços, seja remoto ou presencial, possuirão as devidas certificações referentes ao produto contratado.

**8.24** Tratando-se de consórcio:

**8.24.1** Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

a) *Designação do consórcio e sua composição;*

b) *Finalidade do consórcio;*

c) *Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;*

d) *Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;*

e) *Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;*

f) *Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;*

g) *Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração; Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Modelo de Serviços sem dedicação — Atualização: maio/2023 Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação*

h) *Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão;*

**8.24.2** O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição;

**8.24.3** Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021;

**8.24.4** A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio .

**8.25** Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

**8.25.1** A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;

**8.25.2** A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

**8.25.3** Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

**8.25.4** Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

**8.25.5** Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

**8.25.6** A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

**8.25.7** Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

## **9. Estimativas do Valor da Contratação**

**Valor (R\$):** ,01

**9.1** - O valor estimado da contratação tem caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

## **10. Adequação orçamentária**

**10.1** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

**10.2** No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: 09045 / 091101;

Fonte de Recursos: 150140001;

Programa de Trabalho: 33.39.04;

Elemento de Despesa: 10303094648380000;

**10.3** Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro (s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

### **WILSON DONIZETE APARECIDO DA SILVA**

Responsável pela contratação direta



*Assinou eletronicamente em 29/05/2026 às 11:17:02.*

### **ALEXANDRE VAZ PICHONERI**

Responsável pela contratação direta



*Assinou eletronicamente em 29/05/2026 às 11:04:31.*



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0007/2026

**ANEXO I.1**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

## ESP-FUNDAÇÃO P/REM. POP.CHOPIN TAVARES DE LIM

**Estudo Técnico Preliminar 12/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 266.00000697/2025-18

**2. Descrição da necessidade**

2.1 A área de Informática da Fundação para o Remédio Popular é o departamento responsável por oferecer soluções em Tecnologias da Informação e de Comunicação (TIC) para as diversas atividades desempenhadas pela empresa. A Fundação possui uma infraestrutura de TI que atende cerca de 800 usuários de rede, além de atender as unidades de Guarulhos, Farmácias Dose Certas e unidade fabril localizada na cidade de Américo Brasileiro.

2.2 A fundação precisa de firewall para proteger sua rede contra ameaças cibernéticas, como hackers e malwares, impedindo acessos não autorizados, vazamento de dados e ataques. Ele atua como uma barreira de segurança, controlando o tráfego de entrada e saída com base em um conjunto de regras, o que ajuda a manter a segurança e a continuidade das operações.

2.3 A solução a ser adquirida visa:

- Proteção contra ameaças: Firewalls são a primeira linha de defesa contra ameaças online, como malwares, ransomware e ataques de hackers, filtrando tráfegos suspeitos.
- Controle de acesso: Permitem que as empresas definam regras para controlar quais usuários e quais tipos de tráfego podem acessar a rede, o que restringe o acesso a recursos confidenciais.
- Segurança de dados: Protegem os dados confidenciais dos clientes e da própria empresa contra vazamentos, o que é vital para a reputação e para a conformidade com leis de privacidade.
- Monitoramento e alertas: Monitoram continuamente a rede e enviam alertas sobre atividades suspeitas, permitindo que as equipes de TI identifiquem e respondam a problemas potenciais antes que se tornem crises.
- Melhora do desempenho: Ao bloquear o tráfego malicioso e não autorizado, os firewalls podem melhorar o desempenho geral da rede, tornando as operações mais eficientes.
- Continuidade dos negócios: Impedem paralisações operacionais causadas por ataques cibernéticos, garantindo que a empresa possa continuar operando sem interrupções.
- Segmentação de rede: Firewalls podem dividir a rede em segmentos menores e isolados, o que impede que um ataque em uma área se espalhe para outras partes da infraestrutura.

2.4 Pelos motivos expostos acima, existe a necessidade de aquisição de uma solução de Prestação de Serviços para o Sistema de Segurança de Rede Lan/Wan Firewall, com Suporte Técnico, Manutenção Preventiva, Corretiva e Atualização de Licenças de Software e Hardware, nas Unidades da FURP GUARULHOS e AMÉRICO BRASILIENSE.

**3. Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
Suporte Técnico - TI	Wilson Donizete Ap. da Silva



## 4. Necessidades de Negócio

4.1 Um firewall corporativo é como um guarda de segurança digital para sua empresa. Ele fica na entrada da sua rede de computadores e funciona como uma barreira protetora. Ele verifica todo o tráfego que tenta entrar ou sair da rede e decide se permite ou bloqueia esse tráfego, dependendo de certas regras de segurança.

Por exemplo, se alguém tentar acessar sua rede sem permissão, o firewall o bloqueará. Da mesma forma, se houver algum tipo de ameaça cibernética, como vírus ou hackers tentando invadir, o firewall irá detectá-los e impedir que entrem na sua rede, mantendo seus dados seguros.

Além disso, firewalls corporativos geralmente oferecem recursos avançados de segurança, como inspeção profunda de pacotes, VPN, filtro de conteúdo da web e prevenção contra intrusões (IPS), aumentando ainda mais a segurança da rede corporativa:

**Inspeção Profunda de Pacotes:** Imagine que a internet é como um rio e os dados são barcos **navegando** por ele. A inspeção de pacotes é como os guardas que verificam cada barco que passa pelo rio, olhando dentro deles para garantir que não transportem nada suspeito ou perigoso.

**VPN :** Uma VPN é como um túnel secreto que conecta seu computador à rede da empresa, mesmo que você esteja em casa ou em outro lugar fora do escritório. Essa conexão é segura, como se você estivesse dentro do prédio da empresa, protegendo seus dados de olhares curiosos enquanto você trabalha remotamente.

**Filtragem de Conteúdo da Web:** É como ter um filtro em um cano de água. Ele remove qualquer coisa indesejada ou prejudicial que possa tentar passar pela internet para chegar aos computadores da empresa, como sites maliciosos ou conteúdo inadequado.

**Prevenção contra Intrusões (IPS):** É como ter um sistema de alarme que detecta quando alguém está tentando invadir a rede da empresa. Ele não só avisa sobre a tentativa de invasão, mas também tenta impedir que o invasor entre, mantendo a rede segura.

Em resumo, um firewall corporativo é uma ferramenta de segurança importante que ajuda a proteger os computadores e dados da sua empresa contra ameaças cibernéticas, mantendo suas informações seguras e sua empresa funcionando sem problemas. Independentemente do setor em que sua empresa opera, um firewall é necessidade primária para proteger seus dados, garantindo segurança e continuidade dos negócios.

## 5. Necessidades Tecnológicas

5.1 A aquisição será realizada baseada na elaboração de Especificação Técnica - TR e devidas configurações dos equipamentos atualmente disponíveis no mercado e segmento de informática e que atendam as necessidades da Fundação.

Analisando e confrontando as tecnologias, em formato de pesquisa de mercado estaremos adquirindo equipamentos superiores aos firewalls utilizados atualmente.

## 6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

6.1 A aquisição dos firewalls deverão contemplar fornecimento de equipamentos e suporte técnico para as devidas configurações na parte física e lógica

6.2 O fornecedor deverá analisar juntamente com a equipe técnica da Fundação a melhor forma de configurar e implantar a solução de Firewall na fundação em Guarulhos e Américo Brasiliense de forma a mitigar impactos no ambiente produtivo.

## 7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

**7.1** Para atendimento das necessidades é esperado a seguinte solução com as respectivas quantidades a serem adquiridas:

ITEM	Item CATSER	Descrição do Produto	UNIDADE	Qtd.
01	26972	Solução Firewall Guarulhos/Américo Brasiliense - (Serviços de Instalação, Transição e Configuração / Parametrização de Software )	MÊS	36

**7.1.1** - Contratação de serviços de empresa especializada no fornecimento das licenças de uso de solução integrada para o ambiente de segurança da informação, demais recursos para o perfeito funcionamento desta aplicação e suas devidas atualizações, gerenciamento centralizado da solução, treinamento para a equipe de Tecnologia da Informação das funcionalidades do software, suporte técnico, manutenção corretiva e preventiva pelo período de 36 (trinta e seis) meses.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

**8.1** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimentos de Licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção de critério de julgamento pelo Menor Preço.

**8.2** Para fins de habilitação: a contratada deverá comprovar o seguinte quesito:

**8.2.1** Que executa ou executou no mínimo 50% do objeto dos serviços de maior relevância solicitados nesta ETP item 2.

**8.3** Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, buscando garantir o conhecimento necessário para realizar manutenção preventiva e corretiva na solução fornecida evitando impactos no ambiente tecnológico da fundação;

**8.4** Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da Instrução Normativa SEGES/MPDG n. 5/2017, aplicável por força da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98/2022, c/c o artigo 1º, VII, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

**8.4.1** Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da licitante.

**8.4.2** O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

**8.4.3** O(s) atestado(s) deverá(ão) referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

### 8.5 Exigência de Qualificação Técnica

#### 8.5.1 - Do Amparo Legal

A exigência de comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação encontra fundamento no Art. 67 da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) [ou Art. 30 da Lei nº 8.666/93, se aplicável ao caso de transição].

## 8.5.2 - Da Finalidade e Necessidade

A Administração Pública tem o dever de selecionar a proposta que assegure a execução contratual. O objeto desta licitação de Prestação de Serviços para o Sistema de Segurança de Rede Lan/Wan Firewall, apresenta complexidades que demandam conhecimento técnico específico e experiência prévia.

- **Risco de Inexecução:** A contratação de empresa sem experiência comprovada em Prestação de Serviços para o Sistema de Segurança de Rede Lan/Wan Firewall, coloca em risco a continuidade do serviço público e a integridade do patrimônio estatal.

## 8.5.3 Da Proporcionalidade e Razoabilidade (Súmula 263 do TCU)

A exigência limita-se a parcelas de maior relevância técnica e valor significativo. Não se busca restringir o mercado, mas sim estabelecer um patamar mínimo de segurança. Os critérios fixados no edital guardam proporção direta com a dimensão do objeto, exigindo-se a comprovação de que a licitante já executou objeto similar em características e prazos, conforme orienta a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU).

## 8.5.4 Da Proteção ao Interesse Público

A verificação da capacidade técnico-operacional (da empresa) e técnico-profissional (dos profissionais) é o mecanismo que impede "aventureiros" no certame, evitando futuras rescisões contratuais, atrasos injustificados e prejuízos financeiros decorrentes de falhas técnicas que poderiam ter sido previstas.

## 8.5.5 Conclusão

Portanto, a exigência de atestados é indispensável e adequada, servindo como meio de prova da qualificação necessária para o cumprimento das obrigações contratuais, sem impor barreiras arbitrárias à ampla participação.

# 9. Prazo de Contratação

9.1 A Contratação dos serviços deste objeto contemplará um período de 36 meses, podendo ser renovado por períodos iguais até o limite de 10 anos conforme nova Lei Federal 14.133/21.

9.2 O prazo de contratação 36 (trinta e seis) meses foi definido pela direção da Fundação, e além desta situação, visa garantir os serviços a serem contemplados, pois no entendimento, 36 (trinta e seis) meses cabe como avaliação dos serviços prestados.

9.3 Em suma: existe apenas uma modalidade para este tipo de Contratação, a qual esta sendo contemplada neste processo.

Porém, a Fundação poderia também realizar esta contratação através de aquisição direta.

Mas para a modalidade mencionada (aquisição direta), haverá a necessidade de dispender um valor alto de uma única vez, o que atualmente é inviável, pois a empresa não possui recursos financeiros neste momento para seguir com este tipo de modalidade.

No modelo de Contratação de Serviços, como o próprio já diz, exige um investimento menor e mensal o que não impactará nas condições econômicas da Fundação. Além dessa situação, a empresa Contratada manterá os Serviços deste objeto atualizados com os respectivos suporte técnicos pelo período de 36 (trinta e seis) meses conforme definido em TR.

9.4 Para a contratação destes serviços foi solicitado junto a empresas no mercado, orçamentos para geração de documentos internos e solicitação de verba, além de Solicitação de Contratação. Mas não será utilizada para realização do pregão eletrônico, tendo em vista que a área responsável fará aferição de novos orçamentos para geração de valores referenciais.

# 10. Levantamento de soluções

Identificação da Solução
--------------------------

01	<p style="text-align: center;"><b>Firewall - GUARULHOS</b></p> <p><i>Appliance, dispositivo de hardware dedicado a funções específicas configurado com Firewall oferecendo proteção direta e imediata a todo ambiente tecnológico da fundação em Guarulhos.</i></p> <p><i>Serão contemplados dois equipamentos, com o conceito de alta disponibilidade, caso um equipamento apresente falha, o segundo equipamento deverá assumir todas as funções de forma a garantir o fornecimento de todo o serviço de firewall de forma transparente para o ambiente.</i></p>
02	<p style="text-align: center;"><b>Firewall - AMÉRICO BRASILIENSE</b></p> <p><i>Appliance, dispositivo de hardware dedicado a funções específicas configurado com Firewall oferecendo proteção direta e imediata a todo ambiente tecnológico da fundação em Américo Brasiliense, além de realizar a comunicação segura entre o ambiente de Guarulhos e Américo.</i></p> <p><i>Serão contemplados dois equipamentos, com o conceito de alta disponibilidade, caso um equipamento apresente falha, o segundo equipamento deverá assumir todas as funções de forma a garantir o fornecimento de todo o serviço de firewall de forma transparente para o ambiente</i></p>
03	<p style="text-align: center;"><b>Treinamento</b></p> <p><i>Treinamento - Serviços de transferência de tecnologia (16 horas) com profissional certificado pelo fabricante da solução Firewall de Próxima Geração, Gerenciamento, Centralização e Monitoração de Logs Centralizado.</i></p>
04	<p style="text-align: center;"><b>Suporte Técnico</b></p> <p><i>fornecimento dos equipamentos e acessórios, serviços de instalação, configuração, manutenção, suporte técnico local e remoto, monitoramento e gerenciamento na modalidade 24x7x365 de forma a suportar as funcionalidades descritas nas especificações técnicas da solução colocada neste documento, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, na Unidade FURP de Guarulhos e Américo Brasiliense</i></p>
05	<p style="text-align: center;"><b>Solução de portal Captivo</b></p> <p><i>A Solução deverá ser entregue na modalidade software como serviço (SaaS) para gestão de acesso à rede de internet sem fio (Wi-Fi) por meio de Captive Portal, incluindo licenciamento, infraestrutura em nuvem, suporte técnico e manutenção para as localidades da FURP em Guarulhos e Américo Brasiliense, em total conformidade com as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.</i></p>

## 11. Análise comparativa de soluções

### Solução 01:

Prestação de serviços para implantação de um sistema de segurança Next-Generation Firewall (NGFW), e, Solução de Portal Captivo para gestão de acesso à rede de internet sem fio (Wi-Fi), incluindo o fornecimento dos equipamentos e acessórios, serviços de instalação, configuração, manutenção, suporte técnico local e remoto, monitoramento e gerenciamento na modalidade 24x7x365 de forma a suportar as funcionalidades descritas nas especificações técnicas da solução colocada neste documento, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, na Unidade FURP de Guarulhos - SP, Rua Endres, nº 35 – Bairro Itapegica e na cidade de Américo Brasiliense – Estado de São Paulo, Alameda Aldo Lupo, nº 1.200 – Bairro Vista Alegre.

### Solução 02:

Prestação de serviços para implantação de um sistema de segurança Next-Generation Firewall (NGFW), e, Solução de Portal Captivo para gestão de acesso à rede de internet sem fio (Wi-Fi), incluindo o fornecimento de área em nuvem, serviços de instalação, configuração, manutenção, suporte técnico local e remoto, monitoramento e gerenciamento na modalidade 24x7x365 de forma a suportar as funcionalidades descritas nas especificações técnicas da solução colocada neste documento, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, na Unidade FURP de Guarulhos - SP, Rua Endres, nº 35 – Bairro Itapegica e na cidade de Américo Brasiliense – Estado de São Paulo, Alameda Aldo Lupo, nº 1.200 – Bairro Vista Alegre.

Essas características fazem da solução 01 uma solução robusta e eficaz, sem ficar na dependência de disponibilidade do link de internet para o funcionamento e para proteger os sistemas e dados da organização contra uma ampla gama de ameaças cibernéticas.

## 12. Registro de soluções consideradas inviáveis

**12.1 - Solução 02**, ao depender de infraestrutura em nuvem, introduz riscos relevantes relacionados à disponibilidade, latência, segurança da informação e conformidade regulatória, além de reduzir o controle direto da organização sobre seus próprios ativos e políticas de segurança. Dessa forma, sob a ótica técnica, operacional e de governança, **não se recomenda a contratação da Solução 02**, especialmente em ambientes que demandam alta disponibilidade, controle local e proteção rigorosa dos dados.

### 12.1.1 Dependência crítica de conectividade

A Solução 02 cria um **ponto único de falha externo**:  
se houver indisponibilidade de internet ou instabilidade com o provedor de nuvem:

- o controle de acesso pode falhar
- políticas de segurança podem não ser aplicadas corretamente
- autenticação de usuários Wi-Fi pode ser impactada

Em ambientes industriais/laboratoriais como a FURP, isso é um risco operacional relevante.

### 12.1.2. Risco à segurança e soberania dos dados

Ao utilizar nuvem:

- tráfego, logs e credenciais podem transitar ou ser armazenados fora da organização
- aumenta a superfície de ataque (integração externa)
- exige validação rigorosa de **onde os dados estão hospedados**

Pode gerar questionamentos relacionados à **LGPD** e auditorias.

### 12.1.3. Menor controle e autonomia

Na Solução 02:

- políticas dependem da plataforma do fornecedor
- mudanças podem exigir interface com o provedor
- limitações técnicas podem existir (customização, integrações específicas)

Reduz a capacidade de resposta rápida da equipe interna.

### 12.1.4. Latência e desempenho

Encaminhar parte do tráfego para a nuvem pode:

- aumentar latência
- impactar aplicações sensíveis (ex: sistemas internos, autenticação)

Em firewall NGFW, inspeção local tende a ser mais eficiente.

### 12.1.5. Custo oculto no médio/longo prazo

Embora pareça mais barata inicialmente:

- custos recorrentes de nuvem podem crescer
- dependência do fornecedor dificulta renegociação
- possível "lock-in tecnológico"

## 13. Análise comparativa de custos (TCO)

13.1 Considerando o "Levantamento de Soluções" - item 11 desta ETP, somente a opção 01, neste momento por garantir total proteção e segurança para o parque tecnológico da FURP, não dependendo de acesso a internet se aplicam as opção 2, referente a análise comparativa.

## 14. Descrição da solução de TIC a ser contratada

### 14.1 DA SOLUÇÃO DE SEGURANÇA DE REDE:

14.1.1 Deve contemplar o fornecimento de Next-Generation Firewall (NGFW) para proteção de informação perimetral e de rede interna que inclui stateful firewall com capacidade para operar em alta disponibilidade (HA) em modo ativo-passivo ou ativo-ativo para controle de tráfego de dados por identificação de usuários e por camada 7, com controle de aplicação, administração de largura de banda (QoS), VPN IPsec e SSL, IPS, prevenção contra ameaças de vírus, *malwares*, Filtro de URL, criptografia de email, inspeção de tráfego criptografado e proteção de firewall de aplicação Web. Deverá ser fornecida console de gerenciamento dos equipamentos e centralização de logs em nuvem ou hardware específico ou virtualizado.

14.1.2 A console de gerenciamento em em nuvem, deve estar no Brasil;

14.1.3 A console de gerenciamento deve ser possível atribuir configurações de concentradores de SD-WAN;

14.1.4 A console de gerenciamento deve dispor de configurações globais para replicação nos firewalls;

14.1.5 Deverão ser fornecidas as licenças para atualização de todos os componentes de software, vacinas de antivírus / *malwares*, assinaturas de IPS, filtro de conteúdo web, controle de aplicações e proteção de firewall de aplicação web sem custo adicional, pelo período mínimo de **36 (trinta e seis)** meses.

14.1.6 Para os itens que representem bens materiais, a **CONTRATADA** deverá fornecer produtos novos, sem uso anterior.

14.1.7 Por cada *appliance* físico que compõe a plataforma de segurança, entende-se o hardware, software e as licenças necessárias para o seu funcionamento.

14.1.8 Não serão aceitos equipamentos servidores e sistema operacional de uso genérico.

14.1.9 Deve possuir processadores próprios e para fins específicos, desenvolvidos exclusivamente pelo fabricante da solução, com a finalidade de processar tráfegos de redes e acelerar o processamento destes pacotes de redes, permitindo o uso de diversas funcionalidades de segurança ao mesmo tempo sem diminuir a performance do equipamento.

14.1.10 Todos os equipamentos de rede deverão possuir certificado de homologação expedido pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

14.1.11 Por alta disponibilidade (HA) entende-se que a solução deverá ser composta ao menos por dois *appliances*, licenciados para funcionamento em redundância.

14.1.12 A solução deverá contemplar a totalidade das capacidades exigidas, sendo permitido o uso de mais de um equipamento (sempre em modo de alta disponibilidade HA) para complementar a solução, caso o fabricante não possua todas as funções em um único equipamento.

14.1.13 Caso a solução ofertada ofereça link dedicado para gerenciamento de HA, deverá suportar interfaces LAG e VLAN para o link HA dedicado e interfaces VLAN para links monitorados;

14.1.14 Cada *appliance* deverá ser capaz de executar a totalidade das capacidades exigidas para cada função, não sendo aceitos somatórias para atingir os limites mínimos.

14.1.15 O hardware e o software fornecidos não podem constar, no momento da apresentação da proposta, em listas de *end-of-sale*, *end-of-support*, *end-of-engineering-support* ou *end-of-life* do fabricante, ou seja, não poderão ter previsão de descontinuidade de fornecimento, suporte ou vida, devendo estar em linha de produção do fabricante.

## 15. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO DE SOLUÇÃO DE PORTAL CAPTIVO:

### 15.1 DA SOLUÇÃO DE PORTAL CAPTIVO:

15.1.1 A Solução deverá ser entregue na modalidade software como serviço (SaaS) para gestão de acesso à rede de internet sem fio (Wi-Fi) por meio de Captive Portal, incluindo licenciamento, infraestrutura em nuvem, suporte técnico e manutenção para as localidades da FURP em Guarulhos e Américo Brasiliense, em total conformidade com as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência

15.1.2 A FURP possui uma ampla rede de internet sem fio para atender seus colaboradores, visitantes e público em geral. A Solução de Portal Captivo deverá atender os seguintes requisitos básicos:

15.1.3 Controle de Acesso: Garantir que apenas usuários autorizados e identificados utilizem a rede, aumentando a segurança do ambiente digital.

15.1.4 Conformidade Legal: Atender às exigências do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), Art. 13, que determina a guarda de registros de conexão pelo prazo mínimo de 1 (um) ano.

15.1.5 Proteção de Dados: Assegurar a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD - Lei nº 13.709/2018), tratando os dados dos usuários de forma segura, transparente e com finalidade específica.

15.1.6 Melhora da Experiência do Usuário: Oferecer um método de conexão simplificado e profissional.

15.1.7 Gestão Centralizada: Permitir o gerenciamento centralizado de usuários, políticas de acesso e monitoramento do uso da rede, gerando dados estatísticos para a melhoria contínua dos serviços.

15.1.8 Deverá ser fornecida no modelo Software como Serviço (SaaS) contemplando o Licenciamento de software para a gestão de 100 (cem) usuários de forma simultânea, bem como disponibilização de toda a infraestrutura em nuvem necessária para a operação do serviço, incluindo servidores de aplicação, autenticação e banco de dados.

15.1.9 A serviço de Portal Captivo deverá contemplar os seguintes recursos mínimos:

15.1.10 Portal de gerenciamento web para administradores.

15.1.11 Suporte técnico e manutenção contínua da plataforma.

15.1.12 Rotinas de backup e plano de recuperação de desastres

15.1.13 Apresentar avaliações de Pentest se solicitado pelo FURP.

## 15. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): ,01

15.1 O custo estimado total da Contratação possui caráter sigiloso, e não será tornado público antes de definido o resultado das propostas. O valor estimado da Contratação foi definido com observância no Decreto Estadual nº 67.888 de 17 de Agosto de 2023.



## **16. Justificativa técnica da escolha da solução**

16.1 Sistema de segurança denominado Firewall o qual é um dos mais importantes sistemas de segurança da FURP, pois restringe o tráfego de conexões de rede, aplica e controla as regras de segurança da informação, salvaguarda todos os demais recursos tecnológicos de hardware e sistemas, seja de gestão ou de aplicações, e por isso precisa funcionar ininterruptamente 24 horas por dia, onde mantê-lo atualizado é imprescindível, pois reduz os riscos e torna a rede protegida das novas formas de ataques que surgem a todo instante.

16.2 Além da situação mencionada acima, a Furp também dispõe de links de comunicação de dados diretamente com órgãos do governo, inclusive acessos aos Sistemas de Gestão da Furp, entre outras aplicações, onde a utilização do firewall permite o aprimoramento na política de segurança destas aplicações (Internet, Rede Intragov, Acesso Remoto das Farmácias, Pedidos Web, Siafem, Siafísico, Consultas/atualizações do Pregão, Correio eletrônico, entre outros) que trafegam e são gerenciadas pelo firewall.

## **17. Justificativa econômica da escolha da solução**

17.1 A opção pelo investimento da solução de Segurança da Informação com suporte técnico demonstra-se economicamente mais vantajosa considerando que o equipamento torna-se ativo da empresa a longo prazo refletindo na inexistência de custos recorrentes de aluguel.

17.2 A contratação de Suporte Técnico reflete diretamente na realização de manutenções corretivas e preventivas do Firewall, bem como atualizações de hardware e firmware, gerenciamento remoto e contínuo da solução e, este recurso apresenta custos previsíveis

17.3 Os serviços do objeto da contratação possuem natureza continuada, sendo essenciais para a manutenção das atividades administrativas e/ou operacionais do órgão, de modo que sua interrupção poderia comprometer a regularidade, a eficiência e a qualidade dos serviços prestados à Administração e à sociedade.

17.4 A contratação por prazo mais dilatado mostra-se tecnicamente adequada e economicamente vantajosa, uma vez que:

- Proporciona maior estabilidade na execução contratual, assegurando a continuidade dos serviços;
- Reduz a necessidade de repetidas licitações em curtos intervalos, gerando economia de recursos administrativos e financeiros;
- Possibilita melhor planejamento orçamentário e operacional, tanto para a Administração quanto para a contratada;
- Permite a obtenção de condições comerciais mais vantajosas, considerando a diluição de custos operacionais ao longo do tempo.

17.5 Ressalta-se que o prazo de 36 meses encontra respaldo na legislação vigente, em especial na Lei nº 14.133 /2021, que admite a celebração de contratos de serviços contínuos por períodos mais extensos, desde que devidamente justificados quanto à vantajosidade e ao interesse público.

17.6 Dessa forma, a contratação pelo período proposto revela-se razoável, legal e alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e continuidade do serviço público, atendendo plenamente às necessidades da Administração.

17.1 Ressalta-se, ainda, que a contratação pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses não implica obrigatoriedade de manutenção integral do vínculo contratual durante todo o período, podendo o contrato ser rescindido ou interrompido a qualquer tempo, nos termos da legislação vigente e das cláusulas contratuais, em razão de motivos diversos, tais como interesse público devidamente justificado, conveniência administrativa, inadimplemento contratual, restrições orçamentárias ou superveniência de fatos que tornem a contratação desnecessária ou inviável, sem prejuízo da observância do devido processo legal.

## **18. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

18.1 Sistema de segurança denominado Firewall o qual é um dos mais importantes sistemas de segurança da FURP, pois restringe o tráfego de conexões de rede, aplica e controla as regras de segurança da informação, salvaguarda todos os demais recursos tecnológicos de hardware e sistemas, seja de gestão ou de aplicações, e por isso precisa funcionar ininterruptamente 24 horas por dia, onde mantê-lo atualizado é imprescindível, pois reduz os riscos e torna a rede protegida das novas formas de ataques que surgem a todo instante.

18.2 Além da situação mencionada acima, a Furp também dispõe de links de comunicação de dados diretamente com órgãos do governo, inclusive acessos aos Sistemas de Gestão da Furp, entre outras aplicações, onde a utilização do firewall permite o aprimoramento na política de segurança destas aplicações (Internet, Rede Intragov, Acesso Remoto das Farmácias, Pedidos Web, Siafem, Siafísico, Consultas/atualizações do Pregão, Correio eletrônico, entre outros) que trafegam e são gerenciadas pelo firewall.

### **18.2 Proteção Avançada Contra Ataques Cibernéticos**

- Detecção de tentativa de invasão entre outras ameaças cibernéticas avançadas.
- Monitoramento contínuo do tráfego de entrada e saída de dados, além de identificar atividades suspeitas em tempo real.

### **18.3 Resposta Rápida a Incidentes**

- Capacidade de resposta e diagnósticos de incidentes, isolando e contendo ameaças antes que causem danos significativos.

### **18.4 Redução de Custos com Incidentes de Segurança**

- Minimização do tempo de inatividade e dos custos associados a incidentes de segurança, como perda de dados e interrupções operacionais.
- Prevenção de perdas financeiras significativas resultantes de ataques cibernéticos.

### **18.5 Aumento da Produtividade**

- Análise de consumo de dados e acessos a sites de forma a evitar acessos indevidos, permitindo que a equipe de TI se concentre em tarefas estratégicas mitigando possíveis problemas de invasões em nosso ambiente.
- Melhoria da eficiência operacional através de análise em nosso ambiente de segurança.

### **18.6 Conformidade com Regulamentações**

- Garantia de conformidade com regulamentações de proteção de dados, evitando multas e penalidades associadas a violações de segurança.
- Relatórios detalhados sobre as atividades de segurança, fornecendo insights valiosos para a tomada de decisões informadas.

### **18.7 Visibilidade Completa do Ambiente de TI**

- Monitoramento e visibilidade completa dos acessos e consumo de link de internet, permitindo e aumentando a gestão proativa da segurança.
- Relatórios e dashboards detalhados que fornecem uma visão abrangente do estado de segurança da organização.

### **18.8 Suporte Técnico**

- Remoto, telefônico, email e presencial quando for solicitado pela FURP.
- Suporte 24 horas x 7 dias x 365 ano.

## 19. Providências a serem Adotadas

19.1 Após a entrega dos equipamentos:

19.1.1 Análise do ambiente atual pela contratada

19.1.2 entrega do planejamento de implantação, com análise de risco e mitigação de impactos

19.1.3 fracionamento das atividade de implantação

19.1.4 - Instalação física dos equipamentos

19.1.5 - Análise do ambiente atual

19.1.6 - mapeamento das regras atuais

19.1.7 - mapeamento das configurações

19.1.8 - iniciar o processo de migração de soluções

19.1.9 - validação das regras migradas

## 20. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 20.1. Justificativa da Viabilidade

Sob a perspectiva de viabilidade administrativa, a solução analisada demonstra-se adequada e vantajosa, por apresentar alinhamento aos princípios da eficiência, segurança, economicidade e supremacia do interesse público.

A adoção da solução possibilita maior controle direto sobre a infraestrutura e os dados institucionais, contribuindo para a mitigação de riscos operacionais associados à dependência de terceiros.

Adicionalmente, favorece a previsibilidade de desempenho e a continuidade dos serviços, bem como reduz potenciais vulnerabilidades relacionadas a integrações externas, evidenciando-se como alternativa tecnicamente consistente e juridicamente sustentável.

## 21. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**WILSON DONIZETE APARECIDO DA SILVA**

Responsável pela contratação direta



*Assinou eletronicamente em 29/05/2026 às 11:15:55.*

**ALEXANDRE VAZ PICHONERI**

Responsável pela contratação direta



*Assinou eletronicamente em 29/05/2026 às 11:06:09.*



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0007/2026

**ANEXO II**

**MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**



**SÃO PAULO**  
GOVERNO DO ESTADO

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

## **Fundação para o Remédio Popular – “Chopin Tavares de Lima” - Furp**

(Processo Administrativo SEI nº. 266.00000697/2025-18)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., CELEBRADO  
ENTRE O(A) .....E  
.....

A Fundação para o Remédio Popular – “Chopin Tavares de Lima” - Furp com sede na Rua Endres, 35 – Vila Endres, na cidade de Guarulhos - Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 43.640.754/0001-19, neste ato representado(a) pelo(a)..... (cargo e nome), nomeado(a) pelo(a) [Portaria/.....] nº ....., de ..... de ..... de 20..., publicado(a) no DOE de ..... de ..... de ....., [portador(a) da identificação funcional..... nº ...../inscrito(a) no CPF sob o nº..... (se ausente identificação funcional individualizada)], no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ..... , sediado(a) na ....., doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº....., conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 266.00000697/2025-18 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. 0007/2026 mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços para implantação de um sistema de segurança Next-Generation Firewall (NGFW), e, Solução de Portal Captivo para gestão de acesso à rede de internet sem fio (Wi-Fi), incluindo o fornecimento dos equipamentos e acessórios, serviços de instalação, configuração, manutenção, suporte técnico local e remoto, monitoramento e gerenciamento na modalidade 24x7x365 de forma a suportar as funcionalidades descritas nas especificações técnicas da solução colocada neste documento, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, na Unidade FURP de Guarulhos - SP, Rua Endres, nº 35 – Bairro Itapegica e na cidade de Américo Brasiliense – Estado de São Paulo, Alameda Aldo Lupo, nº 1.200 – Bairro Vista Alegre, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviços de Implantação e Fornecimento de um Sistema de Segurança Next-Generation Firewall (NGFW), Firewall para as Unidades FURP de Guarulhos e Américo Brasiliense	18374	Mês	36		

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preços unitários.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 120 (cento e vinte) meses, a critério do Contratante, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.1. O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata a subdivisão acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

2.1.2. Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata a subdivisão acima é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o Contratado, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:

2.1.3. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.4. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.5. Seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.6. Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;

2.1.7. Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.1.8. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.

2.1.9. Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.10. Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.

2.1.11. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.1.12. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:

2.1.13. I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou

2.1.14. II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

2.1.15. Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas na subdivisão acima desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R\$ ..... (.....).

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a 20/05/2026.



- 7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPC-FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE [\(art. 92, X, XI e XIV\)](#)**

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 1 (um) mês para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 1 (um) mês, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do art. 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.11. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado

deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do art. 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do art. 14 e/ou parágrafo único do art. 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. No âmbito da execução do objeto deste contrato, o Contratado deve cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), as demais normas legais e regulamentares aplicáveis à proteção de dados pessoais, inclusive regulamentos editados pela Agência Nacional de Proteção de Dados, e deve observar as instruções por escrito do Contratante no tratamento de dados pessoais.

10.1.1. O Contratado deve assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores que necessitem conhecer/acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para as finalidades deste contrato, e cumprir a legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a compromissos de confidencialidade ou obrigações profissionais de confidencialidade.

10.1.2. Considerando a natureza dos dados tratados, as características específicas do tratamento e o estado atual da tecnologia, assim como os princípios previstos no caput do artigo 6º da [Lei nº 13.709, de 2018](#), o Contratado deve adotar, em relação aos dados pessoais, medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

10.1.3. Considerando a natureza do tratamento, o Contratado deve, enquanto operador de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações do Contratante previstas na [Lei nº 13.709, de 2018](#).

10.1.4. O Contratado deve:

10.1.4.1. notificar o Contratante na primeira oportunidade possível, ao receber requerimento de um titular de dados, na forma prevista no artigo 18 da [Lei nº 13.709, de 2018](#); e

10.1.4.2. quando for o caso, auxiliar o Contratante na elaboração da resposta ao requerimento a que se refere a subdivisão anterior.

10.1.5. O Contratado deve notificar ao Contratante, na primeira oportunidade possível, a ocorrência de incidente de segurança relacionado a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que o Contratante cumpra quaisquer obrigações de comunicar à autoridade nacional e aos titulares dos dados a ocorrência do incidente de segurança sujeita à [Lei nº 13.709, de 2018](#).

10.1.6. O Contratado deve adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação, mitigação e reparação de cada um dos incidentes de segurança.

10.1.7. O Contratado deve auxiliar o Contratante na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da [Lei nº 13.709, de 2018](#), no âmbito da execução deste Contrato.

10.1.8. Na ocasião do encerramento deste contrato, o Contratado deve, imediatamente, ou, mediante justificativa, em até 10 (dez) dias úteis da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais ao Contratante ou eliminá-los, conforme decisão do Contratante, inclusive eventuais cópias de dados pessoais tratados no âmbito deste contrato, certificando por escrito, ao Contratante, o cumprimento desta obrigação.

10.1.9. O Contratado deve colocar à disposição do Contratante, conforme solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nesta cláusula, e deve permitir auditorias e contribuir com elas, incluindo inspeções, pelo Contratante ou auditor por ele indicado, em relação ao tratamento de dados pessoais.

10.1.10. O Contratado responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao Contratante ou a terceiros decorrentes do descumprimento da [Lei nº 13.709, de 2018](#) ou de instruções do Contratante relacionadas a este contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do Contratante em seu acompanhamento.

10.1.11. Caso o objeto da presente contratação envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular de que trata o inciso I do artigo 7º da [Lei nº 13.709, de 2018](#), deverão ser observadas pelo Contratado ao longo de toda a vigência do contrato todas as obrigações específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento de dados pessoais, conforme instruções por escrito do Contratante.

10.1.12. É vedada a transferência de dados pessoais, pelo Contratado, para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, do Contratante, e demonstração da observância, pelo Contratado, da adequada proteção desses dados, cabendo ao Contratado o cumprimento de toda a legislação de proteção de dados ou de privacidade nacional e de outro(s) país(es) que for aplicável.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

- a. O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

(2) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do item 12.1, de 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

(3) Para infrações descritas nas alíneas “a” e “b” do item 12.1, a multa será de 10% do valor remanescente do Contrato.

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será



descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021\)](#).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))**

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), bem como no art. 1º, § 2º, item 3, do [Decreto estadual nº 55.938, de 2010](#), com a redação que lhe foi dada pelo [Decreto estadual nº 57.159, de 2011](#), na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando o Contratado for sociedade cooperativa (se admitida a participação/contratação de cooperativa).

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))**

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. *Gestão/Unidade:* 09045 / 091101

II. *Fonte de Recursos:*

III. *Programa de Trabalho:* 10303094648380000

IV. *Elemento de Despesa:*

V. *Nota de Empenho:*

14.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))**

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei n.º 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))**

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guarulhos, no Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]. **OU** [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

### **TERMO DE DESIGNAÇÃO DE GESTOR**

Nos termos do instrumento contratual referido e com fundamento no que dispõe o art. 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 68.220/2023, DESIGNO o funcionário \_\_\_\_\_, que responde pelo cargo de \_\_\_\_\_, como GESTOR para acompanhar a execução do contrato com a empresa \_\_\_\_\_ para a aquisição/prestação de serviços de \_\_\_\_\_, objeto do Termo de Contrato n.º \_\_\_\_\_, Processo SEI n.º \_\_\_\_\_.

A gestão de contrato consiste na atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos.

Ao gestor do contrato cabe acompanhar, com auxílio dos fiscais técnicos, administrativos e setoriais, todas as etapas da execução contratual, em especial:

I - analisar:

- a) pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro;
- b) propostas de alteração contratual;

II - receber definitivamente o objeto, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, nos termos do artigo 140 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

III - decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou prestação de serviço;

IV - digitalizar e armazenar documentos fiscais e trabalhistas da contratada no Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo;

V - garantir a inserção e manutenção dos dados referentes ao contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas;

VI - emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, administrativos e setoriais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, com menção ao desempenho do contratado na execução contratual e às penalidades aplicadas;

VII - elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do artigo 174 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

VIII - adotar as providências necessárias para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, de que trata o artigo 158 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

IX - coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial.

As informações de que trata o inciso VI acima serão objeto de anotação em cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

Guarulhos, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

**FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR**  
**"CHOPIN TAVARES DE LIMA" – FURP**  
Gerente da Área ou GGDAF/GGIND

Declaro estar CIENTE da presente designação de gestor do Contrato nº. \_\_\_\_\_

Processo SEI nº. \_\_\_\_\_ firmado entre esta Fundação e a empresa

\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_

Nome:

Cargo:

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### **TERMO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL**

Nos termos do instrumento contratual referido e com fundamento no que dispõe o art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 68.220/2023, DESIGNO o funcionário \_\_\_\_\_, que responde pelo cargo de \_\_\_\_\_, como FISCAL TÉCNICO, ADMINISTRATIVO E SETORIAL para acompanhar a execução do contrato com a empresa \_\_\_\_\_ para a aquisição/prestação de serviços de \_\_\_\_\_, objeto do Termo de Contrato nº \_\_\_\_\_, Processo SEI nº \_\_\_\_\_.

**Fiscalização Técnica** - atividade de acompanhamento e avaliação da execução do objeto do contrato, incluindo a aferição da quantidade, da qualidade, do tempo e do modo da prestação ou da execução do objeto, em conformidade com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento.

Aos fiscais técnicos do contrato cabe auxiliar o gestor no acompanhamento e fiscalização quanto aos aspectos técnicos, em especial:

- I - sanar dúvidas ou divergências técnicas relacionadas à execução do objeto;
- II - registrar, em relatório de vistoria técnica ou em documento pertinente, as ocorrências relevantes e respectivas sugestões de regularização, comunicando-as ao gestor do contrato;
- III - realizar, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada;
- IV - adotar medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da entrega de bens, da prestação de serviços ou da execução de obras;
- V - conferir e atestar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;
- VI - avaliar os serviços executados;
- VII - zelar pela observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução exigíveis para o perfeito cumprimento do objeto;
- VIII - emitir pareceres técnicos em pedidos de alterações contratuais;
- IX - solicitar a realização de testes, exames e ensaios necessários para realizar controle de qualidade da execução do objeto;
- X - receber provisoriamente o objeto, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico, nos termos do artigo 140 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- XI - propor a aplicação de penalidades à contratada;
- XII - no caso de obras e serviços de engenharia:

a) armazenar os documentos relativos a projetos, alvarás, ART's ou RRT's e demais elementos de instrução referentes a projetos arquitetônico e complementares;

b) vistar o diário de obras, certificando-se de seu correto preenchimento;

c) verificar a correta construção do canteiro de obras, inclusive quanto aos aspectos ambientais;

XIII - auxiliar o gestor do contrato no desempenho da atribuição de que trata o inciso VI, do artigo 16 do Decreto Estadual nº 68.220/2023.

A execução dos contratos será acompanhada e fiscalizada mediante aferição, no que couber:

1. de resultados alcançados, com verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

2. dos recursos humanos empregados em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

3. da qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

4. da adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

5. do cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato;

6. da produtividade pactuada e efetivamente realizada para fins de verificação de eventual subdimensionamento e, se identificada a sua caracterização, proposta de adequação contratual.

**Fiscalização Administrativa:** atividade de acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a revisões, a reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento.

Aos fiscais administrativos do contrato cabe auxiliar o gestor no acompanhamento e fiscalização quanto aos aspectos administrativos, em especial:

I - sanar dúvidas ou divergências administrativas relacionadas à execução do objeto;

II - realizar tarefas de controle de prazos, de acompanhamento de empenhos, pagamentos, garantias e glosas, de formalização de apostilamentos e de termos aditivos;

III - verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, inclusive, mediante eventual solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes;

IV - registrar, em documento pertinente, as ocorrências relevantes, comunicando-as ao gestor do contrato com propostas de regularização;

V - adotar medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da entrega de bens, da realização de serviços ou da execução de obras;

VI - receber o objeto provisoriamente, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo, nos termos do artigo 140 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

VII - propor a aplicação de penalidades à contratada;

VIII - examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscal, trabalhista e previdenciária, nos contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

IX - auxiliar o gestor do contrato no desempenho da atribuição de que trata o inciso VI, do artigo 16 do Decreto Estadual nº 68.220/2023.

**Fiscalização Setorial:** Atividade de acompanhamento da execução do contrato quanto aos aspectos técnicos ou administrativos, nos casos em que a prestação do objeto ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um órgão ou uma entidade.

Guarulhos, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

**FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR**  
**"CHOPIN TAVARES DE LIMA" – FURP**  
Gerente da Área

Declaro estar CIENTE da presente designação de fiscal técnico, administrativo e setorial do Contrato nº. \_\_\_\_\_ Processo SEI nº. \_\_\_\_\_ firmado entre esta Fundação e a empresa \_\_\_\_\_.

Nome:

Cargo:

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**APÊNDICE I**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO**

CONTRATANTE: \_\_\_\_\_

CONTRATADO: \_\_\_\_\_

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): \_\_\_\_\_

OBJETO: \_\_\_\_\_

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraído cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);

e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: \_\_\_\_\_

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

Pelo contratante:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Pela contratada:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):**

Tipo de ato sob sua responsabilidade: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

(\*) – O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro dos(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para prática do ato jurídico, na condição de ordenador de despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios. De responsáveis por prestação de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestação de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica.



**APÊNDICE II**

**DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DE SÃO PAULO**

CONTRATANTE: Fundação Para o Remédio Popular – “Chopin Tavares de Lima”- FURP

CNPJ Nº: 43.640.754/0001-19

CONTRATADA: \_\_\_\_\_

CNPJ Nº: \_\_\_\_\_

CONTRATO Nº: \_\_\_\_\_ Processo FURP nº \_\_\_\_\_

DATA DA ASSINATURA: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

VIGÊNCIA: \_\_ (\_\_\_\_) meses

OBJETO: \_\_\_\_\_

VALOR: R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

Declaro, na qualidade de responsável pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais atinentes à correspondente licitação encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem, à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e serão remetidos quando requisitados.

Guarulhos, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

Rogério Affonso Aun  
Superintendente  
rogerio\_aun@furp.sp.gov.br



## ANEXO III

## PROPOSTA DE PREÇOS

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0007/2026

Processo Administrativo SEI nº 266.00000697/2025-18

Número da licitação no compras.gov: 90007/2026

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Contato: e-mail:

Tel.: Cel.

Optante pelo Simples Nacional: ( ) Sim ( ) Não

Dados para pagamento: Banco do Brasil – Agência nº \_\_\_\_\_ conta nº \_\_\_\_\_

Responsável pela assinatura do contrato: nome, CPF e e-mail: \_\_\_\_\_

Objeto: Prestação de serviços para implantação de um sistema de segurança Next-Generation Firewall (NGFW), e, Solução de Portal Captivo para gestão de acesso à rede de internet sem fio (Wi-Fi), incluindo o fornecimento dos equipamentos e acessórios, serviços de instalação, configuração, manutenção, suporte técnico local e remoto, monitoramento e gerenciamento na modalidade 24x7x365 de forma a suportar as funcionalidades descritas nas especificações técnicas da solução colocada neste documento, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, na Unidade FURP de Guarulhos - SP, Rua Endres, nº 35 – Bairro Itapegica e na cidade de Américo Brasiliense – Estado de São Paulo, Alameda Aldo Lupo, nº 1.200 – Bairro Vista Alegre.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	Serviços de Implantação e Fornecimento de um Sistema de Segurança Next-Generation Firewall (NGFW), Firewall para as Unidades FURP de Guarulhos e Américo Brasiliense	18374	mês	36		

Declaramos aceitar todas as exigências formuladas neste Edital e seus anexos.

**Prazo de Validade da Proposta:** 60 (sessenta) dias contados da data em que a proposta for anexada ao Sistema Compras.gov.br.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)



**ANEXO IV**

**MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)**

**ANEXO IV.1**

**MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**  
(em papel timbrado do licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico Furp nº 0007/2026, Processo Administrativo SEI nº 266.00000697/2025-18, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)

**ANEXO IV.2****MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

(em papel timbrado do licitante)

**DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO**

\_\_\_\_\_ (nome completo), representante legal da empresa \_\_\_\_\_ (denominação), interessada em participar do Pregão Eletrônico Furp nº 0007/2026, Processo Administrativo SEI nº 266.00000697/2025-18, da Fundação Para o Remédio Popular “Chopin Tavares de Lima” – Furp - DECLARA, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- (1) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- (2) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- (3) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- (4) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
- (5) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- (6) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARA, ainda que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, tais como:

I- prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II- comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática de atos ilícitos previstos em lei;

III- comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV- no tocante a licitações e contratos:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;



- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
  - e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
  - f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
  - g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
- V- dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agente públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)



**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA  
CONTRATAÇÃO**  
(elaborada pelo licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de responsável técnico de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 0007/2026, Processo Administrativo SEI nº 266.00000697/2025-18, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre as condições em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

\_\_\_\_\_  
(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)